



**Proposições para o Portal da Transparência do Poder Executivo do Estado de Santa Catarina com foco na área da saúde**

**Proposals for the Transparency Portal of the Executive Power of the State of Santa Catarina focusing on the health area**

Gilceu Ferreira<sup>1</sup>

Fabiano Maury Raupp<sup>2</sup>

**Resumo**

O objetivo deste artigo consiste em propor diretrizes para o aperfeiçoamento da transparência de dados e informações públicas estaduais, com foco na área de Saúde, por meio do Portal da Transparência do Poder Executivo de Santa Catarina. Trata-se de uma pesquisa descritiva e qualitativa. Um modelo de análise foi desenvolvido, baseado em atributos da qualidade da informação, para coletar, diagnosticar e propor conteúdos. Foram considerados os dados dos setores de comunicação e ouvidoria da Secretaria Estadual de Saúde, dos 57 pedidos de informação da Lei de Acesso à Informação (LAI), do ano de 2019 da área da Saúde, e dos 26 portais da transparência das Unidades Federativas (UF). Utilizando a análise documental e de conteúdo, aliado a técnica de triangulação dos dados coletados, foram geradas propostas de melhorias para o aspecto informacional da área da Saúde. A primeira proposta foi o desenvolvimento de uma área temática por meio de páginas contendo informações da Saúde. A segunda recomenda a convergência dos conteúdos existentes a partir de mecanismos de seleção, como filtros de consultas do Portal, para compor a área temática. A terceira propõe 38 conteúdos para serem incorporados na área temática proposta. A proposta de organizar e

---

<sup>1</sup> Mestre em Administração pela Universidade do Estado de Santa Catarina, Av. Madre Benvenuta, 2037, Itacurubi, CEP: 88035-001, Florianópolis - SC. E-mail: [gilceuf@gmail.com](mailto:gilceuf@gmail.com)  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9761-3193>

<sup>2</sup> Doutor em Administração pela Universidade Federal da Bahia, Av. Madre Benvenuta, 2037, Itacurubi, CEP: 88035-001, Florianópolis - SC. E-mail: [fabianoraupp@hotmail.com](mailto:fabianoraupp@hotmail.com)  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9533-2574>

incorporar conteúdos poderá aperfeiçoar a transparência da área da Saúde, indicando prioridades relacionadas à prestação de serviços. Ao serem implementadas poderão trazer facilidades no acesso, convergência e disponibilidade de conteúdos na Internet para atender as demandas informacionais dos cidadãos e facilitar o exercício do controle social.

**Palavras-chave:** Transparência Pública. Saúde. Qualidade da Informação. Website.

### **Abstract**

This purpose of thir article is propose guidelines for improving the transparency of state public data and information focusing on the Health area, through the Transparency Portal of the Executive Power of the State of Santa Catarina. This is a descriptive and qualitative research. An analysis model was developed, based on information quality attributes to collect, diagnose and propose content. Data from the communication and ombudsman sectors of the State Department of Health, the 57 requests for information from the Access to Information Law (LAI), for the year 2019 in the Health Area, and the 26 transparency portals of the Federative Units (UF) were considered. Using document and content analysis, combined with the triangulation technique of the data collected, proposals for improvements were generated for the informational aspect of the Health area. The first consists of the development of a thematic area through pages containing health information. The second recommends the convergence of existing content from selection mechanisms, as the application of filters in the Portal's queries, to compose the thematic area. The third proposes 38 contents to be incorporated in the proposed thematic area. The proposal to organize and incorporate contents may improve transparency of the Health area, indicating priorities related to the provision of services. When implemented, they can facilitate access, convergence and availability of contents on the Internet to attend the informational demands of citizens and facilitate the exercise of social control.

**Keywords:** Public Transparency. Health. Information Quality. Website.

### **Introdução**

A informação e o conhecimento são aspectos fundamentais para o crescimento e manutenção das organizações, seja no âmbito interno como na relação com a população, tendo em vista que se vive em um ambiente dinâmico e em constante mudança. A importância destes aspectos configurou o surgimento da chamada Sociedade da Informação, Sociedade do

Conhecimento, Nova Economia ou outros nomes que representam um novo estágio atual de desenvolvimento da sociedade (Castells, 1999; Akutsu & Pinho, 2002; Pinho, 2008).

Um dos pressupostos da Sociedade da Informação está relacionado as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), como a Internet e os portais eletrônicos, que possibilitaram disponibilizar informações, dados e serviços para a sociedade, usufruindo de facilidades da tecnologia, como o formato digital, a velocidade de divulgação, as novas formas de interação, o custo reduzido na divulgação e a ampliação de acesso com uso de conteúdos eletrônicos. Dentre os benefícios, as TICs permitiram aos cidadãos melhorias no acesso às informações a respeito da gestão governamental (Akutsu & Pinho, 2002). As TICs estão inseridas no setor público e relacionados com o acesso à informação pública, que consiste em um direito dos cidadãos de obterem informações produzidas e guardadas pelo Poder Público, a menos que exista uma justificativa superior de interesse público que negue o acesso (Bento, 2015).

O acesso às informações públicas foi orientado por declarações e pactos internacionais que colaboraram para o desenvolvimento de legislações nacionais que amparassem o direito à informação pública para os cidadãos (Angélico, 2015). Nas últimas décadas, importantes marcos legais favoreceram para que o país avançasse na garantia desse direito. Entre eles, a Constituição Federal (CF) de 1988 definiu dispositivos para assegurar o acesso à informação pública. Com a Lei Complementar n.º 131, de 27 de maio de 2009, foram estabelecidas formas para assegurar a transparência. A promulgação da Lei Federal n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011, o Brasil passou a contar com uma Lei de Acesso à Informação (LAI), regulamentando o acesso às informações públicas previsto na CF (Angélico, 2015; Bento, 2015; Heinen, 2015).

A LAI estabeleceu, em conformidade com os princípios básicos da administração pública, cinco diretrizes para assegurar o direito de acesso às informações públicas. A primeira refere-se a observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção. A segunda faz menção à divulgação de informações de interesse público, independentemente das solicitações da população. A utilização de meios de comunicação que sejam viabilizados pelas TICs consiste na terceira. A quarta diretriz estabelece o fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública e a última, orienta que ocorra o desenvolvimento do controle social da administração pública. As diretrizes da LAI orientam a divulgação de informações por meio da utilização das TICs como uma forma para desenvolver a transparência pública, abrindo possibilidades para melhorar o controle social (BRASIL, 2011).

Dentro destas perspectivas, a pesquisa apresenta o seguinte problema: quais diretrizes para o aperfeiçoamento da transparência de dados e informações públicas estaduais, com foco na área de Saúde, por meio do Portal da Transparência do Poder Executivo de Santa Catarina, podem ser propostas? O objetivo do artigo consiste em propor diretrizes para o aperfeiçoamento da transparência de dados e informações públicas estaduais, com foco na área de Saúde, por meio do Portal da Transparência do Poder Executivo de Santa Catarina.

A área de Saúde atende a direitos sociais e universais da população por meio da prestação de serviços de forma gratuita pelos estados e municípios (BRASIL, 1988). A cidadania está ligada aos direitos sociais e universais que passaram a ser garantidos a partir da CF de 1988, estabelecendo-se assim deveres do Estado para com seus membros (Hullen, 2018). A área de Saúde apresenta complexidade no financiamento dos serviços para poder atender com plenitude e qualidade o atendimento dos direitos dos cidadãos, o que necessita de financiamentos suficientes e uma gestão adequada dos recursos obtidos (Saldiva & Veras, 2018; Pinto & Adrião, 2006), sendo que o percentual mínimo de aplicação para os estados é de 12% da receita resultante de impostos e deve ser gasto em ações e serviços públicos de saúde (BRASIL, 1988; BRASIL, 2012).

Nos estudos anteriores pesquisados, a geração de proposições de conteúdos para os portais da transparência aparece como parte integrante de algumas publicações, mas foi pouco identificado estudos dirigidos que utilizaram atributos da qualidade da informação como requisito para esse fim. Constatou-se uma tendência de publicações voltadas para o aspecto avaliativo dos portais, valendo-se dos atributos da qualidade da informação (Lima et al., 2009; Alegretti & Platt Neto, 2010; Freire, 2014; Almeida, 2015; Jahns & Raupp, 2016; Máchová & Lnenicka, 2016; Souza et al., 2019; Curto-Rodríguez, 2020; Silva et al., 2020). A pesquisa traz uma contribuição teórica, pois estabelece uma forma sistematizada de identificar e gerar proposições com a utilização de atributos da qualidade da informação.

As pesquisas voltadas para melhorias informacionais nos portais da transparência necessitam ser sistematizadas, para que a sociedade possa ter maiores informações acerca do que se faz dentro do aparelho do Estado e contribuir para com o controle social. Acredita-se que uma população que tenha maior e melhor acesso dos dados e informações do Estado consiga compreender melhor o seu funcionamento e ter melhores condições para exercer o controle social.

## Referencial Teórico-Empírico

### 2.1 Definindo transparência pública

O conceito de transparência é cada vez mais encontrado na literatura e no uso cotidiano da sociedade, sendo natural que seu significado seja fluido, principalmente pelo fato do seu conceito ser usado em diferentes aspectos relacionados ao fluxo das informações. Na definição de Porumbescu (2015), o conceito de transparência se refere a amplitude com que as partes interessadas externas têm acesso regular as informações sobre o funcionamento das organizações públicas. Um objetivo principal da transparência é melhorar a compreensão do público sobre o que seu governo está fazendo e o porquê, por meio da divulgação das informações governamentais (Porumbescu, 2015).

Angélico (2015) define transparência a partir dos mecanismos que possibilitam o acesso à informação pública seja pelas iniciativas do governo que são realizadas de uma maneira proativa ou, quando o mesmo é provocado para responder solicitações de informação encaminhadas pelos cidadãos, que são materializadas em pedidos de informação que seguem procedimentos formais até o cidadão receber a sua reivindicação, exclusiva e pessoal.

A transparência não se confunde com a publicidade e com a publicação, sendo mais abrangente que ambas. A publicação é uma forma de exercício da publicidade, essa última deixa mostrar algo. Já a transparência vai além de apenas mostrar e está associado aquilo que deve se visível ou acessível de forma clara. Ela objetiva que o cidadão possa ter um melhor entendimento para acompanhar projetos, metas, indicadores, avaliar a eficiência dos serviços prestados e compreender outros conteúdos do Estado (Heinen, 2015).

Platt Neto et al. (2009) explanam também que a transparência é um conceito mais amplo do que publicidade, pois uma informação pode ser pública, mas não ser relevante, confiável, tempestiva e compreensível. Além da garantia do atendimento das normas legais, as iniciativas de transparência na administração pública constituem uma política de gestão responsável que favorece o exercício da cidadania pela população (Platt Neto et al., 2009). Os autores citam atributos da qualidade da informação (confiabilidade, tempestividade e compreensibilidade) para o atendimento da transparência pública e consequente atendimento das necessidades dos cidadãos. Para que a transparência seja efetiva, a qualidade das informações disponibilizadas deve ser assegurada, visto que a divulgação de informações de má qualidade impossibilita a realização do efetivo acompanhamento as ações de governo (Souza et al., 2019).

Para os conteúdos de finanças públicas, a literatura normalmente remete a transparência fiscal, conceito que pode ser visto a partir da formulação realizada pelos economistas Kopits e Craig (1998) da *International Monetary Fund* (IMF), que enfatizam a importância da abertura de informações financeiras (políticas fiscais, contas públicas) e do próprio funcionamento do governo (estrutura e funções) para que os cidadãos (eleitorado) e os mercados financeiros possam compreender e avaliar a situação econômica e financeira do Estado, não apenas dos seus impactos no presente, mas também no futuro. Enfatiza algumas qualidades da transparência, como ser compreensível, comparável, tempestiva, confiável e abrangente.

No Brasil, a transparência fiscal se tornou um tema de grande importância a partir do debate e promulgação da Lei Complementar n.º 101, de quatro de maio de 2000, denominada de Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), na qual o termo “transparência da gestão fiscal” aparece de forma explícita em uma seção desta lei. A transparência fiscal eleva seu grau de importância ao ponto de ser considerada como um princípio de gestão na LRF para assegurar a disponibilização de informações de cunho financeiro, aqui entendida de maneira ampla os aspectos inerentes as contas públicas, orçamento e outros relatórios previstos na LRF.

## 2.2 Trajetória legal

A promulgação da “Constituição Cidadã”, assim conhecida a CF de 1988, consolidou um novo sistema de controle do Estado fundamentado nos princípios da legalidade, moralidade, finalidade pública, motivação, impessoalidade, publicidade e eficiência, nos quais a publicidade abriu caminho para que a sociedade tivesse conhecimento a respeito dos atos da administração pública (Zuccolotto & Teixeira, 2019). Foram criadas condições para o processo de abertura do aspecto informacional, principalmente quando se observam os ditames legais estabelecidos no art. 5 (incisos XIV e XXXIII), art. 37 (parágrafos 1º e 3º, inciso II) e no art. 26 (parágrafo 2º), que de forma geral buscam estabelecer o direito ao acesso à informação pública para a população e a obrigação estatal de fornecê-las. Parte-se dos preceitos da Lei Maior do país para contextualizar os relacionados com a transparência pública, conforme Quadro 1.

Legislação	Dispositivos Importantes
Lei Complementar n° 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF)	Artigo 1º: A responsabilidade da gestão fiscal tem como pressuposto a ação planejada e transparente; Artigo 48: Ampla divulgação em meio eletrônico de instrumentos da transparência da gestão fiscal, como os planos, orçamentos, prestações de contas, Relatório de Gestão Fiscal.
Lei Complementar n° 131/2009 (Lei da Transparência): Acrescenta dispositivos na LRF	Artigo 48: incentivo à participação popular e realização de audiências públicas durante a elaboração do planejamento orçamentário (planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos); disponibilização, em tempo real, de informações da execução orçamentária e financeira em meios eletrônicos de acesso público; Artigo 48-A: disponibilização para a população informações a respeito da despesa e receita pública.
Decreto Federal 10.540/2020 (atualizou e revogou o Decreto Federal 7.185/2010), regulamentando o artigo 48, § 1º, inciso III e § 6º da LRF	Artigo 2º: conceitos, como do Siafic, da liberação em tempo real, execução orçamentária; Artigo 3º e 6º: requisitos de qualidade para o Siafic; Artigo 7º e 8º: determinação de disponibilizar informações em meio eletrônico para a sociedade; detalhamento de informações de despesa e receita pública para serem disponibilizadas.
Lei Federal n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI)	Artigo 3º: estabelece diretrizes, como a divulgação de informações de interesse público sem necessitar solicitações, o fomento ao desenvolvimento da cultura da transparência na administração pública para o controle social; Artigo 8º: relação de alguns dados e informações para serem divulgados e requisitos dos portais eletrônicos; Artigo 10º: determina a previsão de abertura de pedidos de informação para solicitação pelo requerente, independente de apresentar motivações para a solicitação.

#### Quadro 1 – Principais Legislações Nacionais da Transparência Pública

Fonte: Elaborado com base em Brasil (2000), Brasil (2009), Brasil (2010), Brasil (2011), Brasil (2020).

A obrigação legal da transparência teve como ponto inicial a publicação de informações fiscais dos entes públicos previstos na LRF, que evidenciou a importância da transparência e relacionou os conteúdos a serem divulgados, como os relatórios fiscais, os planos e orçamentos. Ocorreram outros aprimoramentos normativos em termos de requisitos de disponibilização dos dados e informações e incentivos a participação popular, trazidos pela Lei da Transparência, os Decretos Federais n.º 7.185/2010 e n.º 10.540/2020. A LAI vem posteriormente ampliar a divulgação de novos conteúdos, além de estabelecer mecanismos para a solicitação de pedidos de informação e definir diretrizes visando fomentar a transparência pública e do controle social.

### 2.3 Estudos anteriores

A quantidade de publicações totalizou 297 nas bases escolhidas (EBSCO com 109, SCOPUS com 62, BDTD com 116, Busca Livre com 10). Para facilitar as atividades, utilizou-se o gerenciador de referências Mendeley nas publicações das bases EBSCO e SCOPUS. Já para a busca de teses e dissertações na base BDTD contou com auxílio de planilha eletrônica, gerada a partir do portal no formato “CSV”. Na segunda seleção foram verificados os títulos, resumos e a leitura dos artigos relacionados. O critério estabelecido foi selecionar àquelas

voltadas ao setor público e a partir de avaliação preliminar, verificou-se os aspectos temáticos que se aproximassem da pesquisa.

A seleção resultou em 52 publicações (EBSCO com 18, SCOPUS com 14, BDTD com 14, Busca Livre com 6), selecionando aquelas com estudos semelhantes aos tratados nesta pesquisa, dentro de uma perspectiva de proposição de conteúdo, incluindo os relacionados à área da Saúde, e aquelas associadas às dimensões/atributos da qualidade da informação. Como resultado, identificaram-se 13 publicações mais aderentes, apresentadas no Quadro 2, explanadas na sequência, que foram consolidadas e sintetizadas em duas abordagens.

Periódico	Autores	Ano	Título
Revista Gestão em Análise	Silva, A. A. P. S.; Monteiro, D. A. A.; Reis, A O.	2020	Qualidade da Informação dos dados governamentais abertos: análise do portal de dados abertos brasileiro.
El profesional de la información,	Curto-Rodríguez, R.	2020	Transparencia operativa de las comunidades autónomas españolas mediante sus portales de datos abiertos.
Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação	Souza, R. J.; Barbosa, R. B.; Cabral, A. C. A.; Santos, S. M.	2019	Avaliação da Qualidade das Informações disponibilizadas no Portal da Transparência do Estado do Ceará.
Repositório da Universidade de Brasília (UNB)	Barbosa, M. C. B.	2018	A Lei de Acesso à informação no Brasil: análise da convergência entre os princípios da Lei e o conteúdo das solicitações dos usuários.
Sociedade, Contabilidade e Gestão	Calvosa, M. V. D.; Silva, T. A.; Krakauer, P. V. C.	2017	Portais Eletrônicos utilizados nos Municípios fluminenses: Análise das Ações Inovadoras.
Journal of Theoretical and Applied Electronic Commerce Research	Máchová, R.; Lnenicka, M.	2017	Evaluating the Quality of Open Data Portals on the National Level.
Revista Gestão.Org	Carossi, D.F.; Teixeira Filho, J.G.A.	2016	Uma análise dos Pedidos de Acesso à Informação encaminhados a uma instituição de ensino superior.
Revista Universo Contábil	Jahns, F. T.; Raupp, F.M.	2016	Transparência do Poder Executivo dos Estados Brasileiros.
Repositório da Universidade de Brasília (UNB)	Gama, J. R.	2015	Instrumentos de Transparência e acesso às informações públicas: um estudo das demandas por informações contábeis nas universidades federais.
Repositório da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	Almeida, S. E. C.	2015	Lei de Acesso à Informação e transparência: proposta de inclusão de informações no portal transparência UFPB.
Repositório da Universidade de Brasília (UNB)	Freire, F. R. F.	2014	Desafios para a Transparência Pública: Um estudo com os usuários do Portal da Transparência do Governo Federal.
Revista Catarinense da Ciência Contábil	Allegretti, D.D.S.; Platt Neto, O. A.	2010	Funcionalidades, limitações e potencialidades do Portal da Transparência do Rio Grande do Sul.
Cadernos de Saúde Pública	Lima, C. R. A.; Schramm, J. M. A.; Coeli, C. M.; Silva, M. E. M.	2009	Revisão das dimensões de qualidade dos dados e métodos aplicados na avaliação dos sistemas de informação em saúde.

**Quadro 2 – Relação de Publicações**

Fonte: Dados da pesquisa (2020).



A partir dos levantamentos das publicações apresentadas pode-se consolidar em duas abordagens as linhas de pesquisa sobre a temática do estudo, sumarizadas no Quadro 3.

Abordagem	Descrição	Autores
Avaliativa de portais eletrônicos, podendo utilizar atributos da qualidade da informação e apresentar proposições de melhorias.	Avalia as condições e níveis de transparência dos portais eletrônicos, com alguns estudos utilizando atributos da qualidade da informação. Apresentam proposições gerais, como para usabilidade e organização dos portais.	- Allegretti, D. D. S.; Platt Neto, O. - Curto-Rodríguez, R. - Freire, F. R. F. - Jahns, F.T.; Raupp, F.M. - Lima, C. R. A.; Schramm, J. M. A.; Coeli, C. M. Silva, M. E. M. - Máchová, R.; Lnenicka, M - Silva, A. A. P. S.; Monteiro, D. A. A.; Reis, A O. - Souza, R. J.; Barbosa, R. B.; Cabral, A.C.A; Santos, S.M.
Investigativa de demandas informacionais da sociedade, sem utilizar atributos da qualidade da informação, podendo apresentar proposições de melhorias	Investiga demandas de informação da sociedade, a partir de pedidos de informação da LAI e implementações em portais, sem o uso dos atributos da qualidade da informação. Apresentam proposições gerais, incluindo para os conteúdos.	- Almeida, S.E.C. - Barbosa, M. C. B - Calvosa, M.V. D.; Silva, T.A.; Krakauer, P. V. C. - Carossi, D. F.; Teixeira Filho, J. G. A. - Gama, J. R.

**Quadro 3 – Abordagem dos Estudos Anteriores**

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Considerando as duas abordagens identificadas nos estudos anteriores, o presente estudo está mais próximo da segunda abordagem, pois busca investigar demandas da sociedade a partir de pedidos de informação e da pesquisa em portais para propor alternativas para aperfeiçoamento do Portal. No entanto, traz uma forma diferenciada de estruturar as proposições, além de utilizar fontes de dados primária (questionário aplicado nas secretarias) para identificar outras demandas da população. Assim, infere-se que estudos sistematizados para a proposição de conteúdos nos portais da transparência, utilizando os atributos da qualidade da informação, são pouco utilizadas nesta concepção propositiva. A geração de propostas acaba ocorrendo como parte integrante dos estudos ou de uma forma geral, que até podem trazer em sua essência a qualidade da informação, mas pouco observam o relacionamento direto e sistematizado entre as dimensões/atributos da qualidade da informação e o conteúdo a ser proposto.

## Procedimentos Metodológicos

### 3.1 Tipos de pesquisa e contexto

O estudo empreendido é descritivo, com abordagem qualitativa, realizado por meio de

estudo de caso, bibliográfico e documental. O contexto envolveu o Estado de Santa Catarina (SC), mais especificamente o Poder Executivo. As organizações mencionadas na pesquisa são a Secretaria de Estado a Fazenda (SEF), gestora do Portal entre os anos de 2012 e 2019, a Controladoria Geral do Estado (CGE), por meio da Ouvidoria Geral do Estado (OGE), que assumiu a gestão do Portal em meados de 2019 e realiza a gestão dos pedidos de informação da LAI, e a Secretaria de Estado da Saúde (SES) com o objetivo de contribuir com proposições.

Com relação aos dados primários, a população segue uma amostra intencional direcionada para a SES, mais especificamente para os setores que recebem demandas informacionais da sociedade, neste caso os setores de comunicação e Ouvidoria Geral, a fim identificar proposições de conteúdos, respondidas por meio de questionário eletrônico. Os dados secundários referem-se aos pedidos de informação da LAI sobre a área da Saúde feitos ao Estado de SC no ano de 2019 e os dados dos 26 portais da transparência das Unidades Federativas (UF) disponíveis na Internet.

### 3.2 Modelo de análise

O modelo de análise utilizou como referência os atributos da qualidade da informação apresentados por Arouck (2011), Brasil (2011), Trindade, Oliveira e Becker (2011) e Platt Neto et al. (2009), além do Vocabulário Controlado de Governo Eletrônico (VCGE) (Brasil 2016) e da estrutura das informações (Cucciniello et al., 2014) como referências para aplicar classificações em conteúdos. O Quadro 4 apresenta o modelo de análise com a explicação das dimensões e categorias, dentro de uma visão de buscar a identificação, a compreensão e a proposição de conteúdos.

Dimensões	Categorias	Base Teórica
<b>Identidade</b> Objetiva definir uma nomenclatura e classificação do conteúdo.	<b>Conteúdo</b> Identificação do conteúdo pela definição de um nome.	<b>Brasil (2016):</b> VCGE (Saúde: Assistência Hospitalar e Ambulatorial, Medicamentos e Aparelhos, Combate a Epidemias, Defesa e Vigilância Sanitária, Outros em Saúde). <b>Cucciniello et al. (2014):</b> Estrutura das Informações (Institucional, Gestão Financeira, Prestação de Serviços).
	<b>Classificação</b> Identificação do tipo de melhoria (novo ou existente) e da categorização do conteúdo (estrutura das informações, assunto, detalhamento do assunto, sistema educacional, segmento da saúde).	
<b>Utilidade</b> Aborda a utilidade da divulgação do conteúdo e as fontes da divulgação.	<b>Relevância</b> Aspectos que demonstram a utilidade e importância do conteúdo.	<b>Arouck (2011):</b> Confiabilidade, Credibilidade, Importância, Relevância, Utilidade, Valor Informativo. <b>Brasil (2011):</b> Autenticidade, Integridade

	<b>Confiabilidade</b> Formas de demonstrar a credibilidade do conteúdo divulgado (sistema, órgão, autor, entre outros).	<b>Trindade, Oliveira e Becker (2011):</b> Acurácia, Fonte, Valor, Confiabilidade, Relevância. <b>Platt Neto et al. (2009):</b> Confiabilidade, Utilidade, Relevância.
<b>Compreensibilidade</b> Voltada à apresentação do conteúdo quanto a linguagem, formas, formatos e local de divulgação.	<b>Linguagem</b> Trata das nomenclaturas e informações para o entendimento da composição do conteúdo.	<b>Arouck (2011):</b> Clareza, Formato, Simplicidade, Interpretabilidade. <b>Brasil (2011):</b> Disponibilidade <b>Trindade, Oliveira e Becker (2011):</b> Apresentação, Clareza, Formato, Inteligibilidade, Mídia, Interface, Interpretabilidade. <b>Platt Neto et al. (2009):</b> Apresentação, Compreensibilidade, Divulgação, Linguagem.
	<b>Apresentação</b> Relacionada às formas (consulta, texto, gráfico, arquivo), formatos de obtenção (pdf, csv, etc) e local da divulgação do conteúdo.	
<b>Temporalidade</b> Relacionada aos aspectos temporais do conteúdo para atualização e manutenção da disponibilização do mesmo.	<b>Tempestividade</b> Indica a periodicidade requerida de atualização do conteúdo (diário, mensal, anual, etc.).	<b>Arouck (2011):</b> Atualidade, Tempestividade. <b>Trindade, Oliveira e Becker (2011):</b> Atualidade, Frequência, Idade, Período, Tempestividade, Temporalidade. <b>Platt Neto et al. (2009):</b> Tempestividade.
	<b>Série Histórica</b> Estabelece o período de tempo que inicia a divulgação do conteúdo (tempo passado para início da série histórica).	

**Quadro 4 – Modelo de Análise**

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Trata-se de um modelo desenvolvido com o objetivo de coletar, diagnosticar e propor conteúdos. Para isto, trabalha com uma dimensão para classificar o conteúdo e criar uma identidade para o mesmo, facilitando atividades de coleta e análise de conteúdo, que requerem consolidação e organização de dados e informações. As demais dimensões foram elaboradas a partir da teoria da qualidade da informação, especificamente relacionada aos seus atributos, no sentido de definir alguns atributos que permitam conhecer, descrever e gerar proposições de conteúdos para serem aplicados em portais.

O modelo é composto por quatro dimensões e oito categorias. A dimensão identidade contém um nome (conteúdo), um atributo do tipo de melhoria (conteúdo novo ou existente), e categorias comuns às áreas para classificação: estrutura das informações (agrupamento geral), assunto (nível médio de agrupamento) e detalhamento do assunto (nível analítico), e categorias específicas da área da Saúde. As dimensões da utilidade, compreensibilidade e temporalidade são dimensões que objetivam a compreensão de alguns aspectos e características dos dados e informações, sendo cada uma segmentada em duas categorias de análise. A utilidade possui as categorias relevância e confiabilidade. A compreensibilidade apresentada a linguagem e a apresentação como suas categorias. E a temporalidade, apresenta as categorias tempestividade e série histórica.

### 3.3 Etapas da pesquisa, instrumentos de coleta e técnicas de análise

As etapas 1 e 2 da pesquisa voltaram-se para a caracterização do Portal e o diagnóstico da situação dos conteúdos da área da Saúde. A etapa 3 envolveu a identificação e levantamento de conteúdos gerados por demandas da sociedade a partir de algumas fontes de dados. A etapa 4 gerou propostas de aperfeiçoamento contendo alternativas para melhorias informacionais das áreas a partir do conjunto de dados e informações coletados. A partir da definição das etapas da pesquisa, vinculadas a cada objetivo específico, procedeu-se a definição dos instrumentos de coleta e análise dos dados.

O Quadro 5 apresenta as etapas, e as respectivas técnicas de coleta e de análise de dados previstos.

<b>Etapas da Pesquisa</b>	<b>Técnicas de Coleta</b>	<b>Técnicas de Análise</b>
Etapa 1: Caracterização do Portal da Transparência	a) Pesquisa Documental: realizada por meio de documentos publicados, legislações, informações e dados do Portal na Internet.	a) Análise Documental: teve como resultado de um texto descritivo a partir da análise de documentos.
Etapa 2: Descrição do Conteúdo da Área	a) Pesquisa Documental: realizada por meio de documentos publicados, informações e dados do Portal na Internet da área da Saúde.	a) Análise Documental: teve como resultado de um texto descritivo a partir da análise de documentos e dados da Saúde.
Etapa 3: Identificação de demandas da sociedade: - Coleta de Pedidos de Informação (LAI) (demandas geradas por pedidos da LAI) - Coleta de Questionários na Secretaria. (demandas informadas pela secretaria) - Coleta em Portais da Transparência das Unidades Federativas (demandas desenvolvidas em portais estaduais – <i>benchmarking</i> )	a) Pesquisa Documental: utilizada a base de dados estadual de pedidos de informação da LAI (2019) da área da Saúde (planilha eletrônica). b) Questionário: encaminhado questionário (arquivo word) para a Secretaria de Estado da Saúde, aos setores de assessoria de comunicação e ouvidoria. c) Pesquisa Documental e Observação Sistemática: acessado os portais da transparência (checklist e protocolo de observação).	a) Análise documental: para cada área foi gerada três bases de dados (planilhas eletrônicas) com a relação e dados dos conteúdos: pedidos de informação da LAI, pesquisa nos portais e questionário aplicado. b) Análise de Conteúdo: para cada área, as três bases de dados tiveram os conteúdos descritos, classificados e depois associados para formar uma base de dados consolidada (planilhas eletrônicas - base de dados final).
Etapa 4: Propostas de Aperfeiçoamento	Triangulação: combinação do conjunto de informações das etapas anteriores	Triangulação: teve como resultado um texto descritivo a partir da análise das etapas anteriores

**Quadro 5 – Etapas da Pesquisa, Técnicas de Coleta e Instrumentos de Análise de Dados**

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

De modo particular, estruturou-se a análise de conteúdo a partir das etapas teóricas citadas por Moraes (1999), como segue:

a) *Preparação da base de dados*: preparação das três bases de dados (planilhas eletrônicas) iniciais da área, conhecendo, revisando e definindo campos, dados previstos para

composição, padrões de colunas das bases, além de outras questões inerentes a cada conjunto de dados: 1) base dos pedidos de informação da LAI: necessidade de identificar os pedidos de informação de interesse geral, excluindo os pedidos de demandas particulares e pontuais que não se aplicam no contexto da pesquisa; 2) base dos portais das UF: necessidade de preencher e revisar os dados dos registros dos protocolos de observação de cada busca realizada; 3) base da coletada de dados das organizações: necessidade de preencher e revisar os dados recebidos dos questionários dos setores da Saúde;

*b) Categorização do Conteúdo:* atividade para classificar os conteúdos em categorias, que seguem a dimensão “identidade” do modelo de análise. A primeira e mais sintética partiu da estrutura das informações (informações institucionais, gestão financeira, prestação de serviços), seguida de duas categorias vinculadas a cada estrutura (assunto e detalhamento do assunto), representando níveis detalhados, que foram sendo criadas na análise, agrupando os conteúdos conforme sua semelhança. Outras classificações foram específicas da área e classificadas de forma independente;

*c) Consolidação das Bases de Dados:* atividade para unificar as três bases de dados de cada área, criando uma base consolidada (planilha eletrônica). O objetivo foi gerar um agrupamento geral e único a partir das três fontes de dados (pedidos da LAI, questionário das secretarias e pesquisa nos portais das UF);

*d) Descrição e Interpretação do Conteúdo:* atividade final para interpretar e definir os conteúdos a partir da associação daqueles comuns e semelhantes (gerar uma única proposição) a partir das bases de dados consolidadas. A descrição ocorreu a partir das categorias do modelo de análise.

## **Caracterização, Diagnóstico e Análise da Realidade Estudada**

### **4.1 O portal e os conteúdos da saúde**

A partir do Portal da Transparência do Poder Executivo de Santa Catarina ([www.transparencia.sc.gov.br](http://www.transparencia.sc.gov.br)) pode-se acessar e navegar diversas funcionalidades, como a pergunta cidadã, o mapa da transparência, a galeria de quadros e os menus que representam as quatro grandes áreas (Receita, Despesa, Responsabilidade Fiscal e Gestão Estadual) que permitem acessar outras funcionalidades. Os dados e informações do Portal são provenientes de alguns sistemas de gestão do Estado, como o Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF) e de páginas textuais e relatórios gerados pelas áreas governamentais (SANTA

CATARINA, 2018).

Os conteúdos da área Saúde estão presentes no Portal por meio de funcionalidades identificadas de maneira direta na página principal (quadros de despesa, COVID-19) ou quando dispostas nos menus, como no Gestão Estadual. No entanto, a grande maioria dos conteúdos necessita da seleção e aplicação de filtros para direcionar para as respectivas áreas, seja pelo nome da área, pelos órgãos e unidades gestoras da estrutura, pela função da despesa e outros parâmetros tendo em vista que os dados dos sistemas e relatórios têm suas particularidades, padrões próprios e atendem de forma ampla as áreas governamentais.

A seleção para realizar o agrupamento ou detalhamento das consultas pesquisadas é realizada geralmente pela estrutura (órgãos ou unidades gestoras) da Secretaria de Estado da Saúde (SES) e os fundos associados da Saúde (Fundo Estadual da Saúde; Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos, Hemosc, Cepon e Hospitais Municipais; Fundo Catarinense para o Desenvolvimento da Saúde). O Quadro 6 apresenta a relação sumarizada dos conteúdos identificados da Saúde, agrupados de acordo com as informações do modelo de análise.

<b>Estrutura</b>	<b>Conteúdos</b>
Informações Institucionais	Informações dos Servidores; Situação de Cargos de Provimento Efetivo; Legislação dos Servidores; Informações Organizacionais (estrutura organizacional, contatos e competências); Informações dos Bens Móveis; Informações dos Bens Imóveis
Gestão Financeira	Licitações; Contratos; Diárias pagas aos servidores; Receita Orçamentária arrecadada pelo órgão; Despesa Orçamentária do Exercício e Restos a Pagar; Documentos de empenho, liquidação e pagamento; Relação de pagamentos por fornecedores; Relação de pagamentos do Cartão de Pagamento (CPESC); Pagamentos Extraorçamentários; Acompanhamento da aplicação do percentual de aplicação de 12% das receitas de impostos.; Informações dos Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS); Extratos bancários de contas correntes; Informações do Planejamento (PPA, LDO e LOA)
Prestação de Serviços	Obras Públicas; Convênios com Municípios e Entidades; Acompanhamento do Plano Plurianual (PPA); Informações da Prestação de Contas Anual do Governo (Balanço Geral); Lista de Espera do Sistema Único de Saúde (SUS); Informações de Relatórios de Gestão da Saúde; Informações da Covid-19

**Quadro 6 – Conteúdos da Saúde Sumarizados**

Fonte: Elaborado com base em Santa Catarina (2020).

## 4.2 Pedidos de informação da LAI

Os pedidos de informação da LAI do ano de 2019 da Saúde representam uma fonte de dados para identificar demandas da sociedade oriundas da transparência passiva. De acordo com a LAI, qualquer interessado pode realizar o pedido de informação aos órgãos públicos que devem viabilizar alternativa para encaminhamento dos pedidos por meio dos seus sítios na Internet (BRASIL, 2011; SANTA CATARINA, 2020).

As bases de dados (planilhas eletrônicas) recebidas constaram de 52 pedidos da Saúde. O perfil dos solicitantes dos 52 pedidos foi caracterizado por 46,2% (24 pedidos) de pessoa física, 34,6% (18 pedidos) de pessoa jurídica e 19,2% não informaram (10 pedidos). Os solicitantes do sexo feminino abriram 21 pedidos (40,4%), 13 pedidos foram do sexo masculino (25%) e 18 pedidos não foram informados (34,6%). A localização geográfica dos solicitantes, por estado, apresentada na Figura 13, teve como predominância o estado de SC com 36,5% e do PR com 30,8%, totalizando 67,3% dos pedidos. O restante dos pedidos (32,7%) ficou distribuído em 5 UF (DF, SP, Rio de Janeiro – RJ, MG, Rio Grande do Sul – RS). Em relação às cidades, Florianópolis com 30,8% (16 pedidos) e Curitiba com 28,8% (15 pedidos) tiveram o maior número de solicitantes (59,6%), ficando o restante dos pedidos distribuídos em 11 cidades (40,4%), variando entre 5 e 1 pedidos para cada cidade.

Após o relato do perfil dos solicitantes, para conhecer e organizar os pedidos, aplicou-se o modelo de análise. Foi realizado a identificação do conteúdo (definição de um nome), classificação do tipo de melhoria e a categorização, que seguiu as categorias definidas da estrutura das informações e do Vocabulário Controlado de Governo Eletrônico (VCGE). Além disso, foram definidas outras categorias durante o processo de análise de conteúdo (categorias assunto e detalhamento do assunto). A realização dos agrupamentos favoreceu a identificação de dados e informações semelhantes e com características próximas.

Os dados da categorização de todos os 52 pedidos de informação mostraram que 67,3% (35 pedidos) estão associados à Prestação de Serviços, 25% (13 pedidos) à Gestão Financeira e 7,7% (4 pedidos) para as Informações Institucionais. Uma categorização adicional foi aplicada com base no VCGE da área da Saúde, aqui chamada Segmento da Saúde, gerando o seguinte perfil de dados: Medicamentos e Aparelhos com 38,5% (20 pedidos), Assistência Hospitalar e Ambulatorial com 32,7% (17 pedidos), Defesa e Vigilância Sanitária com 13,5% (7 pedidos) e Outros em Saúde representaram 15,4% (8 pedidos).

A partir do agrupamento dos pedidos da Saúde, que resultou em 19 conteúdos, a composição da categoria Prestação de Serviços apresentou um percentual de 68,4% (13 conteúdos), mantendo-se com maior representatividade. As categorias informações institucionais e gestão financeira tiveram a mesma representatividade (15,8% - 3 conteúdos cada). Com relação a categorização do Segmento da Saúde, a Assistência Hospitalar e Ambulatorial apresentou o percentual de 42,1% (8 conteúdos), Medicamentos e Aparelhos (21,1% - 4 conteúdos), Defesa e Vigilância Sanitária (10,5% - 2 conteúdos) e Outros em Saúde (26,3% - 5 conteúdos).

Na relação dos 19 conteúdos, 26,3% (5 conteúdos: informações de licitações nos

hospitais, quantidade de servidores e dados funcionais, dados gerais e estatísticos de leitos, legislação relacionado aos servidores da saúde, informações da lista de espera) estão voltados para melhoria de conteúdos existentes e 73,7% (14 conteúdos) para a proposições de novos.

Uma outra questão se refere à descrição das constatações identificadas durante a análise de conteúdo dos pedidos das áreas a partir dos atributos da qualidade da informação. A descrição dos principais relatos e inferências encontrados a partir dos atributos da qualidade da informação foram os seguintes para a área da Saúde:

1. Relevância: observado o interesse pela estrutura da saúde em seus aspectos gerais e também relacionada a um determinado hospital ou local com alguma especialidade ou referência de tratamento. Outro interesse foi para a obtenção de dados estatísticos de algumas doenças, medicamentos e de pacientes atendidos em determinado procedimento ou que sofreram alguma doença. Constaram pedidos para atender pesquisas acadêmicas da temática da saúde. Constatou-se também o interesse por questões financeiras voltadas a aquisição de medicamentos, como as notas fiscais das operações, os estoques, datas e valores;

2. Confiabilidade: verificado que a maioria das reivindicações remetem diretamente a SES, com poucos casos para diretorias. A informação do nível mais alto da hierarquia (secretaria) já demonstra ser suficiente para demonstrar a confiabilidade;

3. Linguagem: uma forma de identificar este atributo foi a partir das palavras mais repetidas nos textos dos pedidos. Foi elaborada uma *Word Cloud* contendo uma lista de palavras com a ferramenta Atlas.TI® como forma de identificar palavras recorrentes e utilizadas pela população, constatando-se em ordem crescente: Medicamentos (59 palavras); Informações (45); Saúde (41); Santa Catarina (36); Estado (35); Acesso (28); Hospitais (27); Secretaria (27). O destaque foram as palavras “medicamentos” e “hospitais” que são específicas da área da Saúde dentro do grupo das oito mais repetidas. Além delas, tiveram outras com menor volume dentro de uma linguagem da área: pacientes, doença, procedimentos, leitos e tratamento. Identificou-se, assim, e fica sugerido o uso de nomenclaturas e descrições que utilizam as palavras mencionadas da área da Saúde dentro da linguagem próxima dos cidadãos;

4. Apresentação: verificado as demandas envolvendo quantidades, valores, listas, fabricantes, datas, como nas solicitações de informações de medicamentos e de notas fiscais, sugerem formas tabuladas para geração a obtenção dos dados. Os solicitantes pediram para encaminhar em planilhas com formatos “xls”, “csv” e “xml” (notas fiscais eletrônicas) havendo citações para ser em formato aberto, como previsto na LAI;

5. Tempestividade: constatado que os pedidos de informações foram demandados em



sua maioria por mês e ano, sendo considerado o ano como a situação vigente da solicitação. Observou-se necessidade de dados que remetem uma atualização diária (estoque de medicamentos, oferta de leitos, por exemplo) que requer um menor tempo de atualização. Os conteúdos que envolveram dados quantitativos de um determinado período normalmente foram solicitados por mês e ano, sendo a última com maior volume;

6. Série Histórica: verificado que a maioria dos pedidos contemplaram séries históricas entre os anos de 2015 e 2019. A maior série foi um pedido de dados e informações entre 1998 e 2018 (20 anos) e alguns pedidos demandaram que os conteúdos fossem gerados a partir do final da década de 2000 (em torno de 10 anos). Infere-se assim que a disponibilização de séries históricas a partir de 5 anos tende a contemplar grande parte das solicitações, onde se teve demandas a partir de 2017 (3 anos) com certa recorrência nesta faixa. A predominância dos pedidos de séries históricas envolveu solicitação de quantidades, valores e listagem de dados.

### 4.3 Informações da Secretaria da Saúde

Foi estruturado um questionário contendo uma parte inicial com a descrição da pesquisa (seção: Apresentação da Pesquisa), seguido da relação de conteúdos divulgados no Portal com a funcionalidade e o endereço de acesso dos mesmos (seção: O que o Portal divulga hoje?), e na parte final um espaço para o registro das contribuições dos setores por meio do preenchimento de quadros de proposição de conteúdo, contendo 10 questões para guiar a formulação de cada conteúdo a partir do modelo de análise (seção: Contribua com a Saúde). O Quadro 7 apresenta duas categorias de assunto e quatro de detalhamento de assunto, criadas a partir da análise das informações dos questionários.

Estrutura das Informações	Assunto	Detalhamento do Assunto
Informações Institucionais	Recursos Humanos	Concursos
Prestação de Serviços	Informações dos Serviços	Medicamentos
		Procedimentos
		Vigilância Sanitária

**Quadro 7 – Categorias Desenvolvidas da Saúde na Análise dos Questionários**

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Foram recebidas quatro proposições de conteúdos que após classificadas mostraram que 75% (3 conteúdos) se referem à categoria de prestação de serviços e 25% (1 conteúdo) para as Informações Institucionais. A composição na categoria Segmento da Saúde ficou distribuída igualmente em quatro categorias (25% cada): Assistência Hospitalar e Ambulatorial, Defesa e Vigilância Sanitária, Medicamentos e Aparelhos, Outros em Saúde.

Nas melhorias propostas todos se enquadraram em novos conteúdos para disponibilização. O Quadro 8 relaciona os conteúdos da Saúde com a categorização aplicada e a origem dos mesmos.

Conteúdo	Categorização	Proposição Recebida
Concursos e Seleções	Informações Institucionais / Recursos Humanos / Concursos / Outros em Saúde	R1
SC Transplantes	Prestação de Serviços / Informações dos Serviços / Procedimentos / Assistência Hospitalar e Ambulatorial	R2
Assistência Farmacêutica	Prestação de Serviços / Informações dos Serviços / Medicamentos / Medicamentos e Aparelhos	R3
Vigilância em Saúde	Prestação de Serviços / Informações dos Serviços / Vigilância Sanitária / Defesa e Vigilância Sanitária	R4

**Quadro 8 – Conteúdos da Saúde da Pesquisa com a SES**

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Utilizando a categoria Assunto foram explanados os conteúdos. Em Recursos Humanos estão agrupadas as informações dos concursos e seleções para ingresso de servidores e das Organizações Sociais da Saúde (OSS). A categoria prestação de serviços dispõem de conteúdos envolvendo os transplantes do Estado, como informações dos procedimentos e estatísticas de doadores e transplantados. Contém assuntos da assistência farmacêutica dos medicamentos, que apresentam informações de medicamentos, protocolos, listas e também conteúdos da vigilância em saúde estadual, como os alertas sanitários, os cuidados básicos em virtude das enchentes, os produtos irregulares notificados (alimentos, cosméticos, medicamentos, entre outros). Achados semelhantes não foram identificados em estudos anteriores.

#### 4.4 Portais da transparência estaduais

Os dados coletados nos portais da transparência estaduais configuram uma fonte de dados secundária para identificar conteúdos já desenvolvidos nos demais estados e o Distrito Federal, que buscaram atender necessidades informacionais da população. Os portais foram acessados pela Internet entre os meses de fevereiro e abril de 2021. Foram identificados 80 achados de conteúdos da área da Saúde, que se constituíram em uma base de dados que foi estruturada e analisada. O resultado das classificações está apresentado no Quadro 9, partindo-se das três categorias macros (Informações Institucionais, Gestão Financeira, Prestação de Serviços), gerando 8 categorias de assunto e 17 de detalhamento do assunto.

<b>Estrutura da Informação</b>	<b>Assunto</b>	<b>Detalhamento do Assunto</b>
Informações Institucionais	Estrutura Organizacional	Saúde Estadual
Gestão Financeira	Despesas	COVID-19
		Organizações Sociais da Saúde
	Informações Financeiras	Saúde Estadual
	Informações Fiscais	Organizações Sociais da Saúde
	Impactos das Medidas de Proteção	COVID-19
	Receitas	COVID-19
Prestação de Serviços	Ações e Resultados	COVID-19
		Doenças
		Saúde Estadual
Prestação de Serviços	Informações dos Serviços	Informações dos Servidores
		Dados dos Hospitais
		Medicamentos
		Organizações Sociais da Saúde
		Procedimentos
		Saúde Estadual

**Quadro 9 – Categorias Desenvolvidas da Saúde na Análise dos Portais**

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A composição dos 80 achados na Saúde (base de dados inicial) em termos percentuais a partir das três categorias macros retratou que a Prestação de Serviços representou 66,2% (53 achados) do total, seguida da Gestão Financeira com 40% (24 achados) e das Informações Institucionais com 3,8% (3 achados). Na categorização do Segmento da Saúde a distribuição ocorreu em cinco categorias, sendo a de volume maior a de Combate a Epidemias (58,8% - 47 achados) onde se concentram os assuntos da COVID-19. As outras foram: Assistência Hospitalar e Ambulatorial com 25% (20 achados), Medicamentos e Aparelhos com 5% (4 achados), Defesa e Vigilância Sanitária com 1,2% (1 achado) e os demais achados foram categorizados em Outros em Saúde (10% - 8 achados). Tais achados evidenciam uma relação com a categoria teórica Utilidade (Arouck, 2011; Brasil, 2011; Platt Neto et al., 2009; Trindade, Oliveira e Becker, 2011), cujo significado remete à utilidade do conteúdo e as fontes de divulgação.

## **Propostas de Aperfeiçoamento**

### **5.1 Desenvolvimento da área temática da Saúde**

A recomendação aqui exposta visa propor uma forma de organizar a gama dos conteúdos das áreas objetivando convergir em um ponto comum. Recomenda-se o desenvolvimento de páginas temáticas para as áreas para que os cidadãos possam acessar todo os conteúdos divulgados das áreas em um único local. A utilização de áreas temáticas foi observada em alguns portais estaduais, embora com poucos conteúdos, mas demonstra uma

tendência em convergir assuntos por temas nos quais a Saúde faz parte. Os achados foram identificados nos portais da transparência do Espírito Santo, Paraná, Maranhã e São Paulo (ESPÍRITO SANTO, 2021; PARANÁ, 2021; MARANHÃO, 2021; SÃO PAULO, 2021), e demonstram um relação com as categorias teóricas Compreensibilidade (Arouck, 2011; Brasil, 2011; Platt Neto et al., 2009; Trindade, Oliveira e Becker, 2011) e Utilidade do conteúdo (Arouck, 2011; Brasil, 2011; Platt Neto et al., 2009; Trindade, Oliveira e Becker, 2011). Outra constatação desta tendência são as implementações de grupos, áreas ou temas, assim chamados estes conjuntos de assuntos nos portais de dados abertos, em que a Saúde faz parte. No portal de dados abertos do Distrito Federal, por exemplo, é explanado que a utilização de temas (Saúde, Educação, Transporte) é realizada para criar e gerenciar os dados por assuntos, ajudando quem consulta a encontrar dados de assuntos comuns (DISTRITO FEDERAL, 2021).

A recomendação das páginas temáticas representa uma melhoria para o Portal agrupar a quantidade e diversidade dos conteúdos das áreas. Atualmente, as áreas estão dispostas no menu gestão estadual do Portal, onde cada uma é um submenu com três funcionalidades de conteúdos: Lista de Espera no SUS, Relatório de Gestão, Orçamentos Públicos em Saúde (SANTA CATARINA, 2020). Este formato se torna insuficiente para organizar a divulgação da série de conteúdos sugeridos. Recomenda-se reestruturar o acesso criando um submenu “Áreas Temáticas”, dentro do menu gestão estadual, agrupando funcionalidades (links) com o nome das áreas que direcionariam para as páginas temáticas de cada uma. Além disso, recomenda-se criar outras formas para facilitar o acesso para estas páginas, como pela utilização de quadros na página principal, que forneceriam uma visualização destacada e acesso rápido.

Nesta primeira parte da proposta de aperfeiçoamento, a sugestão visa convergir os conteúdos de cada área para locais próprios e individualizados, que seriam as áreas temáticas das áreas, instrumentalizada por uma página da Saúde. Cada local agruparia diversas funcionalidades para direcionar os conteúdos da área, podendo conter informações e números importantes. A página temática faria a integração com funcionalidades do Portal (menu, página principal, páginas internas de conteúdos da área, ferramenta de busca, mapa do Portal) e com páginas externas de conteúdos da área, tornando-se um ponto concentrado para disponibilizar os dados e informações de áreas temáticas governamentais.

## 5.2 Convergência dos conteúdos existentes para a área temática Saúde

O Quadro 10 relaciona os conteúdos existentes no Portal, organizados pela área e subdivisão temática, e as ações recomendadas de seleção que foram propostas a partir da experiência do pesquisador no processo de navegação e busca de dados e informações no Portal.

Subdivisão Temática	Conteúdos	Recomendação Seleção
Informações Institucionais	Informações dos Servidores; Informações dos Bens Móveis; Informações dos Bens Imóveis.	Desenvolver automatização da consulta existente com filtros da área.
Informações Institucionais	Legislação dos Servidores.	Relacionar documentos e disponibilizar em local próprio da área.
Informações Institucionais	Informações Institucionais (estrutura organizacional, contatos e competências).	Selecionar o conteúdo da área e desenvolver relatório próprio. Direcionar para página externa da área (estrutura organizacional).
Informações Institucionais	Situação de Cargos de Provimento Efetivo.	Selecionar o conteúdo da área e desenvolver relatório próprio.
Gestão Financeira	Licitações; Contratos; Diárias pagas aos servidores; Receita Orçamentária arrecada pelo órgão; Despesa Orçamentária do Exercício e Restos a Pagar; Documentos de empenho, liquidação e pagamento; Relação de pagamentos por fornecedores; Relação de pagamentos do Cartão de Pagamento (CPESC); Pagamentos Extraorçamentários; Extratos bancários de contas correntes.	Desenvolver automatização da consulta existente com filtros da área.
Gestão Financeira	Informações do Planejamento (PPA, LDO e LOA).	Selecionar o conteúdo da área e desenvolver relatório próprio.
Gestão Financeira	Acompanhamento da aplicação do percentual de aplicação de 12% das receitas de impostos.; Informações dos Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS).	Direcionar para página externa, reavaliando segmentações dos conteúdos.
Prestação de Serviços	Obras Públicas; Convênios com Municípios e Entidades; Estoque e Almoxarifado; Acompanhamento do Plano Plurianual (PPA).	Desenvolver automatização da consulta existente com filtros da área.
Prestação de Serviços	Informações da Prestação de Contas Anual do Governo (Balanço Geral).	Selecionar o conteúdo da área e desenvolver relatório próprio.
Prestação de Serviços	Lista de Espera do Sistema Único de Saúde (SUS); Informações de Relatórios de Gestão da Saúde; Informações da Covid-19.	Direcionar para página externa, reavaliando segmentações dos conteúdos.

**Quadro 10 – Conteúdos Existentes para a Área Temática Saúde**

Fonte: Elaborado com base em Santa Catarina (2020).

O Quadro 10 apresenta uma proposta da composição da área temática a partir dos conteúdos existentes, sem necessitar modificação da organização atual do Portal, mas aplicando processos de seleção dos dados e informações. As recomendações de seleção apresentadas sugestionam que ocorram desenvolvimentos automatizados de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) nas funcionalidades para deixar os dados e informações

selecionados para cada área, ou seja, as consultas seriam replicadas já filtradas para a área temática.

Outra recomendação de seleção seria para identificar e divulgar o conteúdo da área que hoje é disponibilizado junto com outros em arquivos (parte de um consolidado), para serem apresentados em um relatório próprio. A funcionalidade que abrigaria poderia explicar o documento de origem, se houvesse necessidade. Além disso, os documentos eletrônicos das áreas, presentes em funcionalidades gerais, poderiam ser selecionados e divulgados em uma funcionalidade própria, como no caso das legislações dos servidores. Por fim, os conteúdos que estão sendo direcionados para páginas externas fariam parte do conjunto, podendo ser avaliado a segmentação dos mesmos.

### **5.3 Inclusão de novos conteúdos e melhorias nos existentes**

A última parte da proposta de recomendação apresenta um conjunto de novos conteúdos e de melhorias nos existentes da Saúde que poderão ser avaliados para divulgação no Portal. Recomenda-se que os conteúdos sejam integrados nas áreas temáticas e dispostos nas subdivisões temáticas para que o acesso dos cidadãos seja facilitado. Os dados e informações propostos são resultantes da consolidação de três fontes de coleta de dados: pedidos de informações da LAI do ano de 2019, informações da Secretaria de Estado da Saúde, pesquisa nos portais das UF, sendo as duas últimas realizadas em 2021.

A temática da prestação de serviços predominou nas proposições com 57,9% (22 conteúdos) do total, ficando as demais distribuídas na gestão financeira (31,6% - 12 conteúdos) e nas informações institucionais (10,5% - 4 conteúdos). A classificação resultou na seguinte composição: Assistência Hospitalar e Ambulatorial (15 conteúdos – 39,5%), Combate a Epidemias (9 – 23,7%), Outros em Saúde (7 – 18,4%); Medicamentos e Aparelhos (4 – 10,5%); Defesa e Vigilância Sanitária (3 – 7,9%). As proposições de melhorias de novos conteúdos representaram 71,1% (27 conteúdos) e de conteúdos existentes (28,9% - 11 conteúdos). Estes achados evidenciam uma relação com a categoria teórica Utilidade (Arouck, 2011; Brasil, 2011; Platt Neto et al., 2009; Trindade, Oliveira e Becker, 2011).

Os 38 conteúdos definidos (11 melhorias e 27 novos) foram assim descritos: 22 conteúdos de Prestação de Serviços (57,9%): incluem dados gerais e estatísticos de hospitais, procedimentos, leitos, das unidades estaduais da saúde, informações de estatísticas de doenças e eventos vitais, a respeito do estoque de medicamentos e insumos, sobre a vigilância sanitária, em relação a conteúdos da COVID-19 (distribuição de insumos, vacinação, testes aplicados,

doações) e outros conteúdos da Saúde; 12 conteúdos de Gestão Financeira (31,6%): englobam os gastos com medicamentos, a disponibilização de notas fiscais eletrônicas da Saúde, licitações nos hospitais e para a COVID-19, as informações financeiras das unidades de saúde mantidas por Organizações Sociais da Saúde (OSS); e 4 conteúdos de Informações Institucionais (10,5%): versam sobre a estruturação da saúde catarinense, legislação dos servidores da Saúde, quantidade de servidores e dados funcionais da Saúde e informações de concursos e seleções

No atributo relevância retratam-se aspectos da importância e utilidade da divulgação do conteúdo, cada qual com suas particularidades. Na Confiabilidade consta como recomendação que seja apresentado o órgão central responsável pela informação (secretaria) havendo conteúdos incluindo a diretoria, setor ou sistema de geração dos dados. Na Linguagem encontram-se títulos para as chamadas dos conteúdos a partir de palavras da área e que procuraram trazer uma proximidade e entendimento de um vocabulário cidadão. Recomenda-se também, no momento de divulgação, incluírem frases curtas ou pequenos textos nas funcionalidades dos conteúdos para explaná-los, seguindo uma linguagem cidadã e com palavras cotidianas da área. No atributo apresentação constam alternativas de dois tipos de locais para ficarem disponíveis os conteúdos: uma página do Portal (desenvolvida com seu layout) ou uma página externa que estaria em outro ambiente e o Portal faria o direcionamento. Na Apresentação foram incluídas proposições dos tipos de páginas, sendo a tipo texto aquela com imagens, mapas, gráficos, textos, *dashboards* e outras funcionalidades e a do tipo consulta aquela que apresenta variedade de filtros, visualização de dados tabulados, gráficos e outros recursos associados. Incluído também sugestão para download das informações, focando nos formatos pdf e csv que atendem as necessidades de dados tabulados e de textos/relatórios descritivos. A plataforma de dados abertos do Estado seria a solução para disponibilizar outros formatos, abrindo possibilidade de criar acesso para a mesma a partir das páginas de cada conteúdo. A Tempestividade sugerida previu a atualização anual, mensal ou diária, variando de acordo com a necessidade de cada conteúdo, observada nas constatações na pesquisa. A Série Histórica teve também variações conforme o conteúdo, ficando concentrada dentro dos últimos 5 anos, o que proporciona a divulgação de séries recentes e incluem as demandas informacionais geradas dos pedidos de informação (ano de 2019 da pesquisa). O Quadro 11 apresenta uma síntese das propostas para serem avaliadas e desenvolvidas no Portal.

<b>Proposta</b>	<b>Diretriz para Aperfeiçoamento</b>
1 - Desenvolvimento da Área Temática da Saúde	- Criação de locais exclusivos (páginas temáticas) para a área da Saúde; - Agrupamento de todos os conteúdos das áreas, por subdivisões temáticas, nas páginas temáticas, com nomes que direcionam para páginas do Portal ou externas, onde abrigam os conteúdos; - Divulgação de algumas informações principais das áreas nas páginas temáticas.
2 - Convergência dos Conteúdos Existentes para a Área Temática	- Implementação de processos de seleção dos conteúdos da Saúde para facilitar ao acesso e divulgação; - Desenvolvimento dos conteúdos selecionados nas páginas temáticas.
3 – Inclusão de Novos Conteúdos e Melhorias nos Existentes	- Proposição de desenvolver melhorias em 11 conteúdos existentes do Portal; - Proposição de inclusão de 27 novos conteúdos no Portal; - Desenvolvimento dos conteúdos propostos nas páginas temáticas.

**Quadro 11 – Síntese das Propostas de Aperfeiçoamento**

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A primeira e a segunda proposta trazem alternativas para que os cidadãos consigam visualizar, buscar e acessar facilmente os conteúdos. A primeira propõe o desenvolvimento da área temática da Saúde a partir da criação de páginas individualizadas para que se possa convergir, organizar e comportar a relação dos conteúdos a serem divulgados. Segue uma tendência observada em alguns portais da transparência e de dados abertos que organizam os conteúdos por temas, neste caso a Saúde. Este desenvolvimento facilitará a inclusão de dados e informações das áreas, como os recomendados neste estudo.

A segunda proposta recomenda alternativas para que ocorram processos de seleção dos dados e informações existentes da área de Saúde no Portal, como a implementação de filtros automatizados nas consultas do Portal. O desenvolvimento destas medidas possibilitará que a população encontre com facilidade os conteúdos presentes da Saúde. A convergência de dados e informações atualmente disponíveis pode ser o conjunto inicial de conteúdos para as áreas temáticas uma vez que a tendência é implementações menos complexas.

A terceira proposta explorou demandas da sociedade demonstrando a existência de uma variedade de conteúdos que podem ser implementados ou melhorados na gestão financeira, nas informações institucionais e de modo especial, em virtude do volume gerado e da aproximação com o dia a dia da população, nos conteúdos classificados na prestação de serviços da área. Citam-se as informações dos hospitais, de medicamentos e outros dados estatísticos da prestação de serviços que de forma geral agregarão um conjunto de conteúdos diferenciados para o Portal, expandindo a sua utilidade para a sociedade.

### **Conclusões**

A pesquisa foi norteada pelo objetivo de propor diretrizes para o aperfeiçoamento da transparência de dados e informações públicas estaduais, relacionadas à área da Saúde, por



meio do Portal da Transparência do Poder Executivo de Santa Catarina. A primeira fonte de dados teve como origem os pedidos da informação da LAI do ano de 2019. A predominância dos pedidos foi para conteúdos que solicitaram os gastos e os estoques de medicamentos, podendo este último dispor de uma consulta apresentando a disponibilidade e o local que determinados medicamentos estariam sendo ofertados à população, facilitando o processo de divulgação antecipada e o conhecimento da situação de cada medicamento (disponibilidade de estoque e a previsão de abastecimento, no caso de ausência). A segunda fonte de dados identificou demandas de conteúdos na Secretaria de Estado da Saúde, por meio do encaminhamento de questionário para os setores de Ouvidoria e Comunicação. Faz-se menção a série histórica de dados estatísticos de doações e transplantes realizados pelo Estado nos últimos anos, conteúdo que pode ser divulgado para mostrar à sociedade a prestação deste serviço de destaque estadual. A terceira fonte de dados foi resultante de observações sistemáticas realizadas nos portais da transparência das Unidades Federativas (UF), tendo um volume grande de assuntos relacionados à COVID-19.

O modelo de análise foi utilizado para classificar e apresentar as características de cada conteúdo a partir dos atributos da qualidade da informação. Na análise documental e de conteúdo das três fontes de dados ficou caracterizado que o volume maior de demandas informacionais está relacionado com a Prestação de Serviços. Demonstra uma carência de conteúdos neste aspecto bastante importante no qual o Estado transmite aos cidadãos como estão sendo realizados e entregues os serviços públicos e os resultados da prestação de serviços.

A pesquisa apresentou um conjunto de propostas, que foram divididas em três partes. A primeira propõe o desenvolvimento de áreas temáticas, criando páginas individualizadas para comportar, organizar e convergir o conjunto dos conteúdos de cada área. A criação das subdivisões temáticas (Gestão Financeira, Informações Institucionais, Prestação de Serviços), dentro de cada página temática, consiste em uma alternativa para agrupar a diversidade e quantidade de dados e informações das áreas. A segunda proposta trata da convergência dos conteúdos existentes para incorporarem nas áreas temáticas a partir de um conjunto de recomendações de processos de seleção dos dados e informações existentes, como a aplicação de filtros automatizados nas consultas do Portal. A terceira proposta recomenda um conjunto de novos conteúdos e melhorias em existentes para serem incorporados no Portal (nas páginas temáticas) que foram elaboradas a partir da coleta dos dados dos pedidos de informação da LAI, das informações das secretarias estaduais e da pesquisa nos portais das UF.

As propostas reuniram alternativas para o aperfeiçoamento dos conteúdos da Saúde.

Do ponto de vista prático, orientam o desenvolvimento de uma página temática de Saúde que conteriam informações, a relação e o acesso dos conteúdos. Na proposta estão elencados conteúdos que poderão ser avaliados para incorporação no Portal, seja pela seleção de conteúdos presentes hoje ou pelo desenvolvimento de novos ou melhorias nos existentes. Outra reflexão que a pesquisa traz é para que os entes públicos observem, de forma sistematizada e periódica, as demandas dos pedidos de informação da LAI, voltadas ao interesse público, com vistas à uma provável implementação nos mecanismos de transparência ativa, o que pode minimizar as demandas recorrentes e semelhantes.

As recomendações para estudos futuros podem ser dirigidas para realizar a pesquisa em outras áreas do governo estadual, como Segurança Pública, Defesa Civil, Agricultura e Assistência Social, aplicando a sistematização utilizada no presente estudo. Outro foco é a realização de pesquisas no âmbito municipal que podem ser aplicadas nas áreas governamentais. Estudos para explorar e compreender demandas informacionais de diversos setores da sociedade, como universidades, veículos de imprensa, observatórios sociais e outras Organizações Não Governamentais (ONG), que podem não estar chegando aos canais de comunicação direto do Estado e nos pedidos de informação da LAI, são recomendados para serem realizados em pesquisas futuras.

### Referências

- Akutsu, L., & Pinho, J. A. G. (2002). Sociedade da informação, accountability e democracia delegativa: investigação em portais de governo no Brasil. *Revista de Administração Pública*, 36(5), 723-746.
- Allegretti, D. D. S., & Platt Neto, O. A. (2010). Funcionalidades, limitações e potencialidades do Portal da Transparência do Estado do Rio Grande do Sul. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 9(26), 79-95.
- Almeida, S. E. C. (2015). *Lei de Acesso à Informação e transparência: proposta de inclusão de informações no portal transparência UFPB* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil.
- Angélico, F. (2015). *Lei de Acesso à Informação: reforço ao controle democrático*. São Paulo: Estúdio Editoras.com.
- Arouck, O. (2011). *Atributos da Qualidade da Informação* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.
- Barbosa, M. C. B. (2018). *A Lei de Acesso à informação no Brasil: análise da convergência entre os princípios da Lei e o conteúdo das solicitações dos usuários* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.
- Bento, L. V. (2015). *Acesso a informações públicas: princípios internacionais e o direito*

brasileiro. Curitiba: Juruá.

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm).
- Calvosa, M. V. D., Silva, T.A., & Krakauer, P. V. C. (2017). Portais Eletrônicos utilizados nos Municípios fluminenses: Análise das Ações Inovadoras. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 2(2), 63-79.
- Carossi, D. F., & Teixeira Filho, J. G. A. (2016). Uma análise dos Pedidos de Acesso à Informação encaminhados a uma instituição de ensino superior. *Revista Getão.Org*, 14, 255-264.
- Castells, M. (1999). *A sociedade em rede: A Era da Informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra.
- Cucciniello, M., Bellè, N., & Valloti, G. (2014). Assessing public preferences and the level of transparency in government using an exploratory approach. *Social Science Computer Review*, 1-16.
- Curto-Rodríguez, R. (2020). Transparencia operativa de las comunidades autónomas españolas mediante sus portales de datos abiertos. *El profesional de la información*, 29(1), 1-13.
- Decreto Federal nº 7185, de 27 de maio de 2010*. 2010. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7185.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7185.htm).
- Decreto Federal nº 10.540, de 5 de novembro de 2020*. 2020. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/decreto/D10540.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10540.htm).
- Distrito Federal. *Portal de Dados Abertos do Distrito Federal*. 2021. Recuperado de <http://www.dados.df.gov.br>.
- Freire, F. R. F. (2014). *Desafios para a Transparência Pública: um estudo com os usuários do Portal da Transparência do Governo Federal* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.
- Gama, J. R. (2015). *Instrumentos de Transparência e acesso às informações públicas: um estudo das demandas por informações contáveis nas universidades federais* (Tese de Doutorado). Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.
- Heinen, J. (2015). *Lei de Acesso à Informação: Lei nº 12.527/2011*. Belo Horizonte: Fórum.
- Hullen, A. C. N. (2018). Cidadania e direitos sociais no Brasil: um longo percurso para o acesso aos direitos fundamentais. *Revista de la Secretaría del Tribunal Permanente de Revisión*, 6(11), 213-227.
- Jahns, F. T., & Raupp, F. M. (2016). Transparência do Poder Executivo dos Estados Brasileiros. *Revista Universo Contábil*, 12(3), 65-72.
- Kopits, G., & Craig, J. (1998). Transparency in government operations. *Occasional Paper*. International Monetary Fund. Washington DC, 158.

- Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000.* 2000. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm).
- Lei Complementar n° 131, de 28 de maio de 2009.* 2009. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp131.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm).
- Lei n° 12.527, de 18 de novembro de 2011.* 2011. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm).
- Lei Complementar n° 141, de 13 de janeiro de 2012.* 2012. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp141.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp141.htm).
- Lima, C. R. A., Schramm, J. M. A., Coeli, C. M., & Silva, M. E. M. (2009). Revisão das dimensões de qualidade dos dados e métodos aplicados na avaliação dos sistemas de informação em saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, 10.
- Máchová, R., & Lnenicka, M. (2016). Evaluating the Quality of Open Data Portals on the National Level. *Journal of Theoretical and Applied Electronic Commerce Research*, 12(1), 21-41.
- Maranhã. *Portal da Transparência do Estado do Maranhão.* 2021. Recuperado de <http://www.transparencia.ma.gov.br>.
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. (2016). *VCGE Vocabulário de Governo Eletrônico 2.1.0 detalhado*. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Recuperado de <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/governanca-dados/vocabulario-controlado-do-governo-eletronico>.
- Moraes, R. (1999). Análise de conteúdo. **Revista Educação (PUC-RS)**, 22(37), 7-32.
- Paraná. *Portal da Transparência do Estado do Paraná.* 2021. Recuperado de <http://www.transparencia.pr.gov.br>.
- Pinho, J. A. G. de. (2008). Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia. *Revista de Administração Pública*, 42(3), 471-493.
- Pinho, J. A. G. de, & Sacramento, A. R. S. (2009). Accountability: já podemos traduzi-la para o português? *Revista de Administração Pública*, 43(6), 1343-1368.
- Pinto, J. M. de R., & Adrião, T. (2006). Noções gerais sobre o financiamento da educação no Brasil. *EccoS Revista Científica*, 8(1), 23-46.
- Platt Neto, O. A., Da Cruz, F., Ensslin, S. R., & Ensslin, L. (2009). Publicidade e Transparência das Contas Públicas: Obrigatoriedade e Abrangência desses Princípios na Administração Pública Brasileira. *Contabilidade Vista & Revista*, 18(1), 75-94.
- Porumbescu, G. A. (2015). Using transparency to enhance responsiveness and trust in local government: Can it work? *State and Local Government Review*, 47(3), 205-213.
- Saldiva, P. H. N., & Veras, M. (2018). Gastos Públicos com saúde: breve histórico, situação atual e perspectivas futuras. *Estudos Avançados*, 32(92), 47-61.

- Santa Catarina. *Portal da Transparência do Poder Executivo de Santa Catarina*. 2020. Recuperado de <http://www.transparencia.sc.gov.br>.
- Santa Catarina. *Manual de Navegação do Portal da Transparência do Poder Executivo de Santa Catarina*. 2018. Recuperado de <http://www2.sef.sc.gov.br/transparenciasc/manual/Manual.pdf>.
- São Paulo. *Portal da Transparência do Estado de São Paulo*. 2021. Recuperado de <http://www.transparencia.sp.gov.br>.
- Silva, A. A. P. S., Monteiro, D. A. A., & Reis, A. O. (2020). Qualidade da Informação dos dados governamentais abertos: análise do portal de dados abertos brasileiro. *Revista Gestão em Análise*, 9(1), 31-47.
- Souza, R. J., Barbosa, R. B., Cabral, A. C. A., Santos, S. M. (2019). Avaliação da qualidade das informações disponibilizadas no portal da transparência do estado do Ceará. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, 24(54), 91-104
- Trindade, A. L. B., Oliveira, M., & Becker, G. V. (2011). Análise dos atributos para avaliação da Qualidade da Informação nos ambientes de intranet para apoio à gestão do conhecimento. *Revista Eletrônica de Administração*, 70(3), 776–801.
- Zuccolotto, R., & Teixeira, M. A. C. (2019). *Transparência: aspectos conceituais e avanços no contexto brasileiro*. Brasília: Enap.
- Zuccolotto, R., Teixeira, M. A. C., & Riccio, E. L. (2015). Transparência: reposicionando o debate. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 12(25), 137-158.

Submetido em: 12.12.2022

Aceito em: 11.01.2023